

Singularidade versus universalidade: a ciência e o sujeito “cientificioso”

Valesca Brasil Irala (valesca@altnet.com.br)

(PPGL-UCPel/UNIPAMPA)

Para a elaboração dessa reflexão, fundamento-me basicamente em algumas formulações retiradas do Caderno de Resumos do I Congresso Latino-Americano sobre Formação de Professores de Línguas, ocorrido em Florianópolis, de 9 a 11 de novembro de 2006.

Neste caderno, proliferaram-se resumos que se filiam a uma agenda de pesquisa que tem sido bastante “fecunda” nos últimos anos dentro da Lingüística Aplicada, aquela que dá ênfase à categoria “crença” de alunos, professores (em formação e formação continuada) etc. a respeito de diversos aspectos do ensino de línguas (cf. LIMA, M. & ROTTAVA, 2004; BARCELOS, A. & VIEIRA-ABRAHÃO, 2006, entre outros).

Nas abordagens que lançam mão dessa categoria parece haver um deslocamento de atitudes modalizadoras deônticas (que davam aos pesquisadores da Lingüística Aplicada nas décadas anteriores a possibilidade de atribuir “prescrições” aos professores) para enfim “ouvir” os que estão inseridos na esfera educativa, tanto no papel de aluno como no de professor.

Entretanto, essas pesquisas normalmente acabam consagrando a assimetria entre a agenda dos professores/alunos (verdadeiros envolvidos nas relações de ensino-aprendizagem) e a dos pesquisadores, pois aos primeiros está relegada a posição de possuir “crenças” e aos segundos, a de possuir “conhecimento”. Nas conclusões de tais trabalhos acabam sendo predominantes os posicionamentos que revelam uma

certa impropriedade das crenças levantadas, com vistas sempre a uma transformação proclamada como necessária, sendo essa perpassada por uma “reflexão” orientada pelos pesquisadores que as revelam.

Como bem apontou Bertoldo (2005), a grande maioria dessas pesquisas têm centralizado sua agenda na idéia da “conscientização” do professor ou futuro professor para o desenvolvimento de uma prática de ensino mais eficaz. Entretanto, parece já desde muito tempo haver uma tendência da área em enunciar uma disjunção entre a intenção e a ação, o que, de alguma maneira, mostra a complexidade natural que envolve a prática docente, porém, tratada nessas pesquisas, ainda que não se assuma abertamente, normalmente como um “erro” a ser corrigido. Para dar um exemplo, no último Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, uma renomada pesquisadora da área de “crenças” afirmou que o professor dizer algo e fazer outra coisa, diferente do que disse, seria uma “dissonância cognitiva”

Assumo aqui uma posição que vai de encontro a essa tendência, já que desconsidero a simples “conscientização” como capaz de agir causando efeitos eminentemente “positivos” sobre os sujeitos, visando a sua transformação. Ao me filiar a uma concepção que abre espaço para conceber questões legítimas da Linguística Aplicada em território não-determinista, não-psicologizante, que tenta olhar para os deslocamentos do sujeito sem a “intenção” de querer transformá-los, mas sim compreendê-los, gostaria de problematizar formulações advindas dessa corrente de pesquisa, a qual tem inundado os diferentes eventos da área de Letras e parece estar movendo substancialmente os discursos que circulam nos programas de formação inicial e continuada de professores.

“Compreender” parece ressoar insuficientemente, quando somos bombardeados por discursos que relatam a ineficiência de muitas práticas docentes e/ou da própria

formação inicial dos professores na universidade. Entretanto, se assumirmos que compreender é “o modo fundamental de conhecimento para qualquer situação humana” (MORIN, 1999, p.158), podemos passar a considerar que a compreensão ocupa, epistemológica e metodologicamente, uma posição oposta àquela que percebe a falta constitutiva do sujeito como um “erro” – acabando por interpretar os “gestos profissionais” como se estivessem inseridos na ordem da estrutura (das regras pré-estabelecidas), quando pertencem à ordem do acontecimento (da história).

O “sujeito científico” do qual me proponho aqui a falar é aquele que, embora se insira numa prática de pesquisa “novidosa” (com metodologias ditas “atuais”, qualitativas e apoiadas em correntes filosóficas e sociológicas da “moda”), guarda os resquícios de uma prática de pesquisa objetivante e universalizante, e porque não dizer até “catequizante”, onde o pesquisador se coloca como um “evangelizador” que atua no intuito de doutrinar os descrentes.

Debord (1988/[1997]) anunciava que os últimos vestígios da autonomia científica desapareceram. Para ele, a ciência se prostituiu ao ter como demanda não mais compreender o mundo ou torná-lo melhor, mas justificar instantaneamente o que se faz com ele (em sua conjuntura econômica e política). Aliado a isso, “a vontade abstrata do universal” (op. cit.), ou seja, a ideologia, revestida sob o rótulo da “generalização”, opera como referente positivo e vantajoso em práticas científicas (pela utilização de argumentos análogos aos empregados no campo econômico), o que contribui para a manutenção da condição de apagamento da singularidade.

Essa reflexão vai ao encontro do que Maffesoli (1987?) expõe na introdução do livro “O conhecimento do cotidiano” quando traz à tona a questão da polifonia social e sua teimosia resistente à ordenação pretendida pela cientificidade estruturante e universalista, sempre desafiada pelo residual que lhe constitui.

Esse elemento residual é de maneira categórica negado pela tradição científica; porém, encontra eco para reconduzir posicionamentos teóricos e metodológicos que criem espaço para o que esse autor chama de “centralidade subterrânea”.

No escopo desse conceito é possível depreender que há espaço no campo científico para vislumbrar os gestos, a teatralidade, os contornos cotidianos, a corporeidade e os sentidos produzidos dinamicamente pelos sujeitos. Se Maffesoli precisou reivindicar essa “centralidade subterrânea” significa que essas características, constitutivas de uma pesquisa que não só reconhece a singularidade do sujeito, mas que também consegue tratar essa especificidade como um princípio da investigação, é porque as “prudências científicas” trataram de escamotear as movimentações do vivido, abdicado pelo conforto das explicações estritamente emoldurantes, dando ao pesquisador a brecha para enunciar a favor de um discurso catequizante que definitivamente seja capaz de emoldurar para todo sempre os sujeitos investigados.

A “senso-comunologia”, proposta por Maffesoli como uma exigência estética, não opera apenas com o reconhecimento da singularidade, como muitos teóricos/pesquisadores nos últimos anos têm relatado, mas também retrata a urgência na revisão efetiva das propostas de análise, de uma maneira que contemple uma concepção de pesquisador “dionísico” em vez do “apoliniano” (op.cit.).

O pesquisador dionísico, para Maffesoli, é aquele que “abre novas pistas de pesquisa” em vez de consolidar o que já foi achado, como o apoliniano. Numa concepção apoliniana, por exemplo, mesmo que o material de análise seja repleto de singularidades – e sempre o é – a tendência será sempre a de mostrar/revelar o repetível, as categorias já estruturadas, as evidências totalizantes.

Quando esse material de análise evoca a presença de sujeitos, em sua dinamicidade incessante, corre-se o risco, quando se adota uma concepção apoliniana,

de se construir uma análise opaca do que é observado, quando não parcial e pouco reveladora da complexidade constitutiva que envolve a relação desses sujeitos.

A autoria, processo inerente a qualquer prática de pesquisa, a fim de criar o efeito de autoridade, não é análoga à subjetivação: “o sujeito abriga, em princípio, opacidades e contradições, o autor, ao contrário, tem um compromisso com a clareza e a coerência” (ORLANDI, 1995, p. 107).

A superioridade do pesquisador-autor se constrói efetivamente pela reprodução constante de enunciados, criados no seio da própria comunidade científica, de que essa superioridade é necessária e inerente ao trabalho científico. Ao reafirmar tal premissa, também se coloca o pesquisador em uma posição apartada do mundo “real”, embora sempre ilusória e fruto do trabalho ideológico que pretendeu dar à “ciência” o status de produtora de verdades incontestáveis e aos que participam dela, a condição de “escolhidos”. Esses escolhidos, são, em muitas pesquisas sobre “crenças”, aqueles que em suas conclusões têm o poder de “intervir” para modificar os sujeitos investigados.

É bem verdade que já há algumas décadas muitos autores têm se empenhado em desconstruir certos paradigmas tradicionais no que diz respeito aos fundamentos científicos e, conseqüentemente às práticas metodológicas. Entretanto, se a enunciação dessa crítica é há tanto tempo usual, cabe reconsiderar em que medida o olhar/a prática dos pesquisadores assumiu um direcionamento diferenciado efetivo ou apenas “discursivizou” essa mudança.

Os padrões segundo os quais se produzem enunciados científicos “autorizam” a idéia de “revisão” dos paradigmas. Essa revisão parece se processar como princípio, deixando, porém, em segundo plano a produção de seu exercício. Nessa lógica, pesquisadores podem, portanto, “dar voz” aos sujeitos pesquisados, mas a condição de visibilidade e exposição dessa voz pode não ser – e em geral não é – um processo

interlocutivo legítimo entre sujeitos (o pesquisador e quem participa da pesquisa), justamente porque o pesquisador se coloca aparte, está fora ou cria esse efeito para produzir a legitimidade de seu poder “salvacionista”.

O “salvacionismo” generalizado em muitas dessas pesquisas que têm se fortalecido na Linguística Aplicada, processa-se como se o “poder” de suas análises fosse capaz de resolver os problemas do vivido relativos às situações concretas, colocados como “problema/questão de pesquisa”.

O pressuposto salvacionista acaba processando-se como um efeito embaçante na execução do trabalho científico: ao acreditar que o olhar é unilateral (somente do pesquisador em direção aos sujeitos pesquisados e não bilateral), a pesquisa fica sujeita a dissolver/reduzir a voz do pesquisado intermediada/interdita pelas teorias do pesquisador e seus procedimentos analíticos.

Apresenta-se aí uma contradição constitutiva: se a experiência do outro nos é inacessível, seria impossível a apreensão da vivência do pesquisado de forma plena. Esse “desconforto” do pesquisador pode ser amenizado quando nós (pesquisadores) assumimos que “somos parte integrante daquilo de que queremos falar” (MAFFESOLI, 1987?). Ao assumir essa “inclusão”, a pesquisa pode se conceber de maneira menos pretensiosa, com uma posição que dá ao pesquisador a liberdade de se dissociar da “necessidade de certezas” (ilusórias) reveladas através de resultados “congelados”.

Para Maffesoli, o conhecimento se faz e se desfaz nesse desmembramento contínuo. Todos são sujeitos (o autor-pesquisador é, embora faça parte de seu discurso interditar esse princípio, tão sujeito quanto os sujeitos investigados). Nesse processo, é preciso colocar os espelhos em todas as direções. O trabalho mais dispendioso do pesquisador está em lidar com esses espelhos sem embaçá-los.

Referências:

BARCELOS, Ana Maria Ferreira & VIEIRA ABRAHÃO, Maria Helena. (orgs). *Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. Campinas: Pontes, 2006.

BERTOLDO, Ernesto Sérgio. *Políticas de formação de professores de Língua e seu impacto no sujeito-professor*. Trabalho apresentado no II Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, 2005. Anais em CD-ROM.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LIMA, Marília dos Santos & ROTTAVA, Lucia (org.). *Linguística Aplicada: relacionando teoria e prática no ensino de línguas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa: Vega, 1987?

MORIN, Edgar. *O método 3: a consciência da consciência*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 1995.